



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2021

CONTRATO Nº 006/2021

**CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET DE LINK DEDICADO (IP
CONNECT).**

CONTRATANTE: MONTE VERDE CAMARA MUNICIPAL- MT, pessoa jurídica de direito público, sito Av. Manoel Rodrigues de Souza, nº s/n, Quadra 13, Lote 13, Bairro: Centro, CEP: 78.593-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.683.772/0001-24 representado pelo **Srº EDER FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 383355813 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 012.559.141-14

CONTRATADA: OI S. A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43, com sede na Rua DO Lavradio, nº. 71, Andar 2, Centro, na cidade de Rio de Janeiro/RJ – CEP – 20.230.070, neste ato representado pelo **Sr. JUVENAL ALVES FERREIRA NETO**, portador da Cédula de Identidade RG n. ° 03775062 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 474.889.801-15 e o Sr. ALVARO CARLINI, BRASILEIRO, portador da Cédula de Identidade RG n. ° 06947948 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 953.279.161-20 seguir denominada CONTRATADA, ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes e a homologação da Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021 tem justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de Prestação de Serviço de Internet de 20 MBPS, com Gerenciamento de Informação e Segurança (GIS) e Solução contra ataques de DDoS, para atender a Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Endereço de Instalação: AV MANOEL RODRIGUES DE SOUZA 00030 CENTRO

CLÁUSULA SEGUNDA – BASE DO CONTRATO

O presente contrato é assinado baseado no artigo 25, inciso I da lei nº 8.666/93, Art.25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

O valor global a ser pago pela contratação é de **R\$ 26.928,00 (Vinte e seis mil novecentos e vinte e oito reais)**. Sendo o valor mensal **R\$ 2.244,00 (Dois mil duzentos e quarenta e quatro reais)**.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ nº: 33.683.772/0001-24

Serviço	Valor mensal por Acesso	Qt. De Acessos	Total Mensal	QT Mese s	Total Anual
LINK DEDICADO - IP CONNECT 20 MBPS	R\$ 1.599,00	1	R\$1.599,00	12	R\$19.188,00
GIS (Gerenciamento de Informação e Segurança)	R\$ 123,00	1	R\$ 123,00	12	R\$ 1.476,00
CPE	R\$ 139,00	1	R\$ 139,00	12	R\$ 1.668,00
Anti-DDoS Segurança em Backbone Básico	R\$ 383,00	1	R\$ 383,00	12	R\$ 4.596,00
	R\$		R\$		R\$

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Contratante efetuará o pagamento mensalmente mediante a apresentação das faturas e que estejam devidamente dentro dos valores especificados no presente contrato, ou seja, no valor total mensal de referente a **1 (um) circuito**.

Parágrafo Primeiro – O não pagamento da Nota Fiscal/ Fatura de Serviços até a data de vencimento sujeitará o CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, as seguintes sanções: a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura no mês) de atraso; b) juros de mora de 1% (um por cento) a.m; e c) Correção Monetária, calculada pro rata die, com base na variação do IGP-DI (FGV)

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária.

Órgão: 01– Câmara Municipal
Unidade: 001 – Câmara Municipal
Função: 01 – Legislativa
Sub-função: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Manutenção do Processo Legislativo
Projeto/atividade: 2 001 – Manutenção e Encargos da Câmara
11 – Natureza da Despesa: 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber os serviços objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.



Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- c) Acompanhar e supervisionar o andamento dos serviços objeto do contrato através da Administração.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar os seguintes serviços por circuito:
A contratada deverá prestar os serviços de conexão à internet, objeto deste contrato, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com qualidade e continuidade, comunicando ao Contratante quando da necessidade de interrupções técnicas, conexão dedicada, com upload e download com velocidades iguais para ambas concedendo garantia total de banda contratada com redundância;
- b) - Prestar os serviços/atendimentos na forma e condições avençadas;
- c) - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- d) - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- e) – Responsabilizar-se pelo bom funcionamento;
- f) - Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação;
- g) – Apresentar-se sempre que necessário para esclarecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RECISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da lei nº 8.666/93, ou por interesse público.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA NONA – DA VIGENCIA

A vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura do termo contratual, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes, atualizando monetariamente o contrato conforme índice defino neste contrato.

Parágrafo Primeiro – O prazo do presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ nº: 33.683.772/0001-24

Parágrafo Segundo – Em caso de reajuste, o mesmo será realizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IST e IGP-DI em vigor. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do índice ora ajustado fica, desde já, eleito aquele que vier a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei nº 8.666/93 e suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT, para dirimir toda e qualquer questão oriunda deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Nova Monte Verde - MT, 29 de setembro de 2021.

EDER FERNANDES DA SILVA
PRESIDENTE DA CÂMARA
CONTRATANTE

OI S.A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
JUVENAL ALVES FERREIRA NETO
Representante Legal

OI S.A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ALVARO CARLINI
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

APARECIDA PICON FORNAZIERI
CIC/CPF Nº 762.006.551-20

AGNA URDIALE DOS SANTOS
CIC/CPF Nº 033.577.651-52